

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Gabriela Teles Meira Cruz ¹
Universidade Interamericana-PY ²

RESUMO

O presente trabalho discute algumas questões educacionais voltadas para a avaliação da aprendizagem, buscando refletir acerca da implantação das avaliações externas como instrumento de coleta de dados para a organização da gestão das políticas públicas educacionais, tendo como ponto de partida as informações que representam por meio de resultados e de indicadores, novas possibilidades de atuar na melhoria da qualidade da educação brasileira. A pesquisa é por meio de fontes governamentais e bibliográfica, uma vez que, fornecem informações para compreendermos a relevância que as avaliações externas representam na elaboração de ações e de propostas para a educação do país. Também destaca a forte influência que alguns países internacionais tem na condução da educação brasileira, visto que, as avaliações são baseadas nos modelos já utilizados por esses países, para obtenção dos índices de desenvolvimento da educação. Assim, com o estudo podemos compreender a importância que os indicadores de aprendizagem tem para com a implantação das políticas públicas brasileira na melhoria dos resultados obtidos pelo Sistema de Avaliações da Educação Básica (Saeb) e dos resultados fornecidos pelos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que são fontes pertinentes para a análise do funcionamento do ensino nas escolas públicas, da atuação dos gestores e das propostas governamentais educacionais.

Palavras-chave: Avaliações externas, Aprendizagem, Políticas Públicas educacionais, Qualidade educacional, Gestão.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira durante seu processo de mudanças nas últimas décadas, foi fortemente influenciada pelos ideais neoliberais, bem como pelas transformações existenciais do mundo global, o acompanhamento dos avanços escolares no Brasil representa o poder que organismos internacionais detém acerca das técnicas que estão ligadas aos programas e projetos governamentais dos países em desenvolvimento. Neste sentido, buscamos destacar que para identificar as melhorias no ensino, estes países

¹ Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia –UNEB. Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis - F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Email gabi.tmeira@hotmail.com

² Esse artigo traz parte das discussões que constitui uma parte de uma tese de doutorado que será apresentada à Universidade Interamericana-PY em janeiro de 2022.

passam a serem orientados para que haja uma implantação de instrumentos de coletas de dados, mecanismo que se incorporar a reorganização da educação e da gestão escolar.

Partindo desta perspectiva, o Brasil passou a coletar os resultados a partir do sistema de avaliação da educação, haja vista que, tal instrumento vem permitindo a gestão da educação, uma elaboração de projetos e programas por meio dos dados informados que possam melhorar a qualidade do ensino. Diante disso, foi a partir da década de 90 que se consolidou o processo de avaliações externas pelo Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), com a efetivação deste, surge uma nova organização da gestão educacional no Brasil, pois, com os indicadores de aprendizagem propostos nas avaliações externas, as informações coletadas são relevantes para a reformulação de políticas públicas, com vista a atender os déficits de aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino detectados por meio das avaliações externas.

Partindo desta perspectiva, ao avaliar as etapas e modalidades de ensino, os dados recolhidos são possibilidades de perceber quais as condições do ensino e da aprendizagem que os estudantes enfrentam ao longo da sua escolarização. Assim, podemos ressaltar que os resultados fornecidos pelas avaliações externas vêm sendo utilizados desde a sua implantação, como mecanismo para a obtenção de informações que conduzem o acompanhamento da aprendizagem escolar, bem como são fontes para a elaboração de políticas públicas visto a solucionar alguns dos problemas da área educacional.

1 As avaliações externas e os avanços na condução da educação pública

O processo de avaliação da educação proposto pelo Sistema de Avaliação da educação Básica (Saeb) vem sendo modificado ao longo dos anos, para atender as demandas existenciais no que se refere a um modelo de avaliação de desempenho dos estudantes, pois ao avaliar o rendimento escolar, dados coletados quantitativamente forneciam subsídios aos governantes para interferir no processo de ensino que não estavam apropriados para alcançar melhores resultados. Com o Saeb, a gestão da educação passa também por interferências externas, visto que, alguns países internacionais mediante aos resultados obtidos, começam a orientar a partir de novas estratégias de modo que a educação brasileira viesse a superar as dificuldades de oferecer um ensino adequado.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP (2019),

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Por meio de provas e questionários, aplicados periodicamente pelo Inep, o Saeb permite que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país, de modo a oferecer subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base em evidências. (INEP, 2019, p. 01)

É a partir da criação do Saeb, que o Ministério da Educação (MEC) deu início ao processo de verificação da qualidade do ensino no país, uma das recomendações dos organismos internacionais, pois com os indicadores de aprendizagem como destaca o Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), seria possível através dos resultados observar a aprendizagem nas escolas públicas de todo o país. Neste sentido, para atender as demandas da educação, o Sistema de Avaliação passou por várias mudanças, desde a sua organização instrumental, como acerca de algumas das metodologias de coleta de dados, que precisaram serem reorganizadas. Com as alterações previstas nas avaliações, outras informações também passaram a ser solicitadas, para tal, foi introduzido os questionários de entrevistas a gestores escolares e a professores, mecanismos relevantes para obtenção de mais dados no intuito de perceber diagnosticar as dificuldades educacionais dentro dos espaços reais da educação.

Algumas destas mudanças ocorreram, principalmente, devido as reformas educacionais, que conduziram a elaboração das avaliações externas para um entendimento e análise do funcionamento da educação no país. Este instrumento busca uma organização com fins a um entendimento mais apropriado das práticas pedagógicas, do material didático utilizado pelas escolas, das aprendizagens estudantis e da gestão escolar, como aprofundamento na compreensão dos sistemas de ensino público. Diante disso, Rico (2019) aponta que as avaliações externas são ferramentas que permitem um diagnóstico da educação brasileira através da análise dos resultados de modo a implantação de políticas pública que contribuam para definir que o direito de aprendizagem básica seja assegurado a todos os estudantes.

Os dados produzidos pelas avaliações externas apontam problemas que incidem tanto na ação do professor na sala de aula, como na gestão da escola e nas diretrizes e intervenções da secretaria de educação. Portanto, indicam os âmbitos nos quais as ações e prioridades serão repensadas e planejadas, a partir da leitura dos dados. (BLASIS ET AL, 2013, p. 38).

Nesta medida, o sistema de avaliação busca uma articulação de informações recolhidas, que partem do desempenho individual dos alunos acerca das competências exigidas para cada ano série, as práticas educativas dos docentes e as condições gerais da escola permitindo uma reflexão mais apropriada do processo. Pois, como destaca a autora, a análise dos dados reforça a necessidade de conduzir novas propostas, fator preponderante para corresponsabilizar a todos os envolvidos na busca pela melhoria da qualidade da educação, bem como na garantia de assegurar aos estudantes as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Diante disto, podemos salientar que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) propôs um novo olhar acerca da qualidade do ensino oferecido pelo poder público, mecanismo para enfrentar os obstáculos que permeiam os ambientes escolares, dentre muitos, o baixo aprendizado, o analfabetismo, a repetência, a evasão, a desistência dentre outros. Com vista, a melhorar o ensino no país, uma das propostas foi a elaboração de um Plano Nacional de Educação para o país, tal plano deveria ter uma duração de dez anos, com esta ação, a educação brasileira começaria a ser vista por outro viés, haja vista que as necessidades de aprendizagens dos alunos passavam a estar no centro das atenções.

Vale destacarmos que o processo de avaliar o desempenho dos alunos em outros países já havia sido implantado desde 1980, por meio de testes padronizados e com os resultados, pois assim era possível verificar as competências obtidas pelos estudantes, levantando dados que orientava a reorganização do ensino de modo a melhorar a qualidade da educação. No Brasil, tais procedimentos como já discutido anteriormente, só surgem com as reformas educacionais prevista a partir da década de 90, este período foi primordial para a reorganização da educação pública nacional, mesmo diante dos ideais neoliberais que influenciaram todos os campos sociais, inclusive na área educacional.

Diante disso, na gestão da educação, algumas ferramentas são essenciais para garantir melhores resultados na aprendizagem do alunado, novos conceitos são incorporados mediante aos anseios previstos a partir das reformas que a educação passa a enfrentar nesta nova década. Como Alexandre (2015) ressalta, a gestão descentralizada e autônoma, bem como a avaliação da educação brasileira ganham destaque no mundo educativo, a partir das reformas educacionais e das influências internacionais. Pensando nesta perspectiva, algumas mudanças passam a ser integradas a gestão da educação com

vista a alcançar uma melhor qualidade do ensino, que passa a ser avaliada como estratégia de introduzir novas ações pertinentes a melhoria da qualidade da educação no país.

Sabemos, no entanto, que a descentralização proposta para a gestão não foi possível em sua totalidade, dividir o poder de acordo ao sistema de interesses, prevê que a união continue a exercer o poder decisório, sendo assim, responsável por conduzir os recursos financeiros, elaborar políticas públicas educacionais, distribuir recursos dentre outras. Neste sentido, na prática, os governantes estaduais e municipais compartilham da gestão a partir da organização proposta pela união, situação que nos permite ressaltar que diante do quadro histórico da educação brasileira, já é um avanço, visto que, até então, o poder público não era dividido.

Com a autonomia escolar, os atores deste contexto, também passam a ser responsáveis pelos resultados, pois a condução do ensino passa a ser gerenciada com fins ao atendimento das demandas sociais, são medidas incorporadas a gestão da educação que refletem no controle das ações para alcançar e obter melhores índices na aprendizagem escolar nas instituições, compreendemos que todo o processo de organização e avaliação do ensino estava diretamente ligada as mudanças socioeconômicas no país, que atingia com maior intensidade a educação, visto que este campo é responsável pela formação dos sujeitos.

Nesta medida, nas reformas educacionais a qualidade do ensino passa a ser vista como prioridade, a Conferência Mundial de 1988, elencou em proposta, que todos deveriam ser atendidos em suas necessidades básicas de aprendizagens, para tal, países de todo o mundo se comprometeram a cumprir com os acordos firmados. O Brasil, para conduzir o ensino de modo a atender a tal acordo, passou então, a partir da reforma educacional, buscar ferramentas que atingissem no foco dos problemas que afetam a educação no país.

Pensando assim, as avaliações externas passam a incorporar as novas medidas de verificação da qualidade do ensino no país, apresentando dados que destacam o baixo rendimento escolar em Língua Portuguesa e Matemática e, o analfabetismo entre os indivíduos. Estes problemas impedem o avanço escolar, sendo assim, é pertinente e necessário focar em ações que permitam redimensionar o ensino para que recupere e melhore o desempenho dos estudantes, fator preponderante para atingir as metas propostas em acordos internacionais que reforçam a necessidade de que o país precisa

investir na educação da população, uma vez que, está prevista na própria Constituição Federal, como um direito que deve ser garantidos a todos os cidadãos.

Diante disso, as avaliações externas representavam uma conquista em termos de instrumento de coleta de dados, com os resultados provenientes destas avaliações, os governantes recolhem informações que podem colaborar na elaboração de propostas que podem melhorar a qualidade da educação. E com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, a elaboração e a condução das políticas públicas educacionais passam por mudanças relevantes que tem como finalidade atingir resultados mais satisfatório.

Segundo França (2019),

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. (FRANÇA, 2019).

Como destaca a autora, o Saeb passou a exercer um papel fundamental na coleta de informações acerca do aprendizado dos estudantes, pois com as avaliações externas vem sendo possível observar a condução que o ensino público desenvolvido nas escolas brasileira mediante a prática educacional. Partindo desta perspectiva, podemos destacar que as avaliações externas ou em larga escala representam um mecanismo de obtenção de informações que possibilitam ao Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Anísio Teixeira acompanhar o desempenho dos estudantes em todo o país, por meio de dados que indicam o andamento da educação pública do país.

Diante disto, podemos destacar que desde sua criação, o Saeb precisou passar por mudanças em sua estruturação para conduzir o processo avaliativo em todas as etapas de ensino de modo satisfatório, pois no decorrer dos anos, algumas necessidades foram incorporadas para recolher com precisão dados referentes aos campos educacionais. Neste sentido, é relevante descrevermos acerca do seu contexto histórico, para compreendermos algumas das mudanças que vem ocorrendo até os dias atuais, pois com a implantação de um sistema avaliativo, algumas alterações foram introduzidas em outros campos sociais que estão diretamente ligados os avanços na aprendizagem escolar.

O Sistema iniciou com as avaliações somente em 1990, para que houvesse a aplicação destas, os estados precisavam aderir ao processo, neste período não havia obrigatoriedade, assim, 23 estados fizeram a adesão, tal processo, impediam a

avaliação em sua totalidade, haja vista que, nem todos os estados participaram inicialmente. A partir de 1995, algumas alterações já foram sendo introduzidas no sistema, uma inovação pertinente ao processo foi as Matrizes de Referência, avaliando as competências, por meio de descritores. Tais mudanças contribuíram para reorganizar e conduzir o processo, com a nova metodologia, os resultados passaram a ser mensurados por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), por meio de testes e da análise dos resultados das avaliações, passou a ser possível uma comparação dos dados registrados ao longo do tempo, bem como a introdução do questionário para serem aplicados nas instituições para levantamento de dados contextuais.

Nesta medida, segundo Rico (2019),

A análise dos resultados das avaliações possibilita a criação de um painel da Educação no país, ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para a área. Em uma perspectiva política, elas contribuem para definir qual o direito de aprendizagem básico que todo aluno deve ter assegurado. Esses parâmetros são essenciais para que as redes e as escolas reflitam quais são as estratégias para promover uma Educação de qualidade. (RICO, 2019, Nova Escola).

O autor retoma questões pertinentes ao direito a educação proposto em documentos oficiais do país, a educação ofertada nas escolas precisava ser de qualidade para atender as necessidades básicas de aprendizagem, também referenciada na Conferência Mundial em 1990. Pensando acerca desta proposta, as avaliações como instrumento para recolher dados pertinentes aos conhecimentos que os alunos estão adquirindo ao longo dos anos ao frequentar as escolas, foram sendo registrados para que a comparabilidade destes dados auxiliassem na elaboração de políticas públicas mais pertinentes a resolução dos obstáculos enfrentados para atingir a melhoria da qualidade da educação no país.

O contexto estrutural das instituições e as questões socioeconômicas dos envolvidos são fatores preponderantes para a aquisição dos saberes. Neste sentido, a partir de 1995, foram introduzidos os questionários contextuais, outra ferramenta para obter informações dentro das instituições escolares, tais mecanismos foram essenciais para que houvesse um novo olhar acerca das políticas públicas no Brasil, com atenção não só na área da educação, bem como em outras áreas da sociedade, haja vista que, a educação permeia todos os campos sociais, sendo influenciada e mediada por estes.

Como destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019),

As informações obtidas a partir dos levantamentos do Saeb também permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, sendo

utilizada principalmente pelo Ministério da Educação e secretarias estaduais e municipais de educação na definição de ações voltadas para a solução dos problemas identificados, assim como, no direcionamento dos seus recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdade nele existentes. (IBGE, 2019)

Pensando sob esta perspectiva, o Saeb também foi sofrendo mudanças representativas para recolher das fontes, maiores informações acerca do processo educacional, com vista a formulação de ações pertinentes a resolução de tantas disparidades no ensino público, assim podemos salientar que outra mudança representativa no Saeb, ocorreu em março de 2005, a partir da Portaria Ministerial nº 931. Quando o sistema foi reestruturado, passou a ser composto por duas avaliações externas, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) que buscava manter os procedimentos do Saeb, com as redes públicas e privadas, como avaliação amostral com no mínimo 10 alunos por série, enquanto que nova proposta da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresco), mais conhecida como Prova Brasil, que foi introduzida para avaliar de maneira censitária as instituições escolares, como o mínimo de 30 alunos, nas séries 4ª (5ºano) e 8ª (9ºanos), tal procedimento que colaborou para o fornecimento de dados por escolas.

Também foi incorporado ao Saeb, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) na edição de 2013, tal proposta foi conduzida a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012. Segundo o Ministério da Educação (2015),

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – é uma ação inédita do Ministério da Educação que conta com a participação articulada do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizar todos os seus esforços e recursos, na valorização dos professores e escolas, no apoio pedagógico com materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e na implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento. (BRASIL, 2015, p.07)

O Pnaic foi proposto após a comprovação de que no país havia um alto índice de estudantes que mesmo frequentando a escola, não se apropriavam dos conhecimentos voltados para a leitura e para a escrita nas primeira séries iniciais do Ensino Fundamental I, esta situação demonstra que muitos destes alunos passavam por dificuldades de aprendizagens no período apropriado para a alfabetização. Devido à falta de conhecimentos por parte dos discentes, houve um aumento nos índices referentes as desistências, as evasões e as repetências ao longo dos primeiros anos escolares, condições

não favoráveis ao avanço escolar. Neste sentido, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) proposto na Lei 12.801, dispõe e regulamenta o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados, na tentativa de conduzir ações e programas que reflitam no melhoramento do ensino público.

Pensando acerca deste, o apoio financeiro, previsto pela Lei, tem como responsável o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), que destinar os recursos, para empregar na formação inicial e continuada de professores alfabetizadores, em recursos didáticos e pedagógicos, em ações e programas educacionais, dentre outros, voltados para atender as necessidades de aprendizagens dos alunos e na formação dos professores que atuam nos primeiros anos das séries iniciais. Com afirma Constant (2015),

A partir da elaboração de diferentes avaliações de larga escala sobre o nível de alfabetização no Brasil, novos conceitos foram criados e, considerando os resultados insatisfatórios de tais ações, amplia-se a preocupação com a alfabetização no cenário brasileiro, bem como a proposição de políticas públicas com vistas a alterá-lo. (p. 12)

Diante disso, a ANA foi uma proposta bastante pertinente para repensar o ensino e a alfabetização, ao verificar as aprendizagens referentes a leitura e a escrita, a avaliação fornece um diagnóstico do desempenho dos alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização e, com os resultados, os governantes poderem propor políticas nacionais de alfabetização mais condizentes com a realidade e com fins a minimizar o índice de analfabetismo no país.

Retomando o contexto histórico do Saeb, outras inovações também ocorreram no ano de 2013 acerca da avaliação externa do 9º Ano, a Anresc (Prova Brasil), neste ano foi introduzido em caráter experimental a avaliação de Ciências Naturais, História e Geografia. Esta proposta não teria a função de gerar resultados, para não interferir no mapeamento histórico dos resultados ao longo dos anos, mas seria fonte de dados para nortear ações pedagógicas nas instituições de ensino no país.

O Saeb passou por outras mudanças, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

Em 2015 foi disponibilizada a Plataforma Devolutivas Pedagógicas que aproxima as avaliações externas de larga escala e o contexto escolar, tornando os dados coletados mais relevantes para o aprendizado dos alunos. A partir da disponibilização dos itens utilizados na Prova Brasil, descritos e comentados por especialistas, a Plataforma traz diversas funcionalidades que poderão ajudar professores e gestores a planejar ações e aprimorar o aprendizado dos estudantes. (INEP, 2019)

Como bem destaca o INEP, um dos maiores avanços, no que diz respeito as avaliações externas, durante seu processo histórico, decorre da promoção facilitada ao acesso a Plataforma, pois a partir desta inovação, todos os atores envolvidos no processo passaram a dispor dos resultados por escolas e assim reorganizar ações para atender as demandas detectadas a partir dos dados fornecidos pelas avaliações. Outros dados como a aprovação e a reprovação, a evasão, a distorção idade/série e outros, que permeiam o espaço escolar também são observados.

Outra contribuição que foi disponibilizada pela plataforma logo após em 2015, trata acerca das discussões levantadas por especialistas referente as informações obtidas pelos resultados, a devolutiva descritos por estes são subsídios para que professores pudessem compreender o processo em que estão inseridos e redimensionar suas práticas a fim de obter melhores resultados nos anos posteriores. Acerca da gestão, tal fato, propõe que a organização escolar precisaria caminhar junto aos dados diagnosticados por meio das avaliações externas de larga escala, esta ferramenta que tanto vem sendo alimentada com novas propostas, apresenta possibilidades de gerenciar o ensino desde as instâncias menores, como a direção escolar, até as instâncias superiores, governantes federais, estaduais e municipais, que mesmo não estando dentro do espaço real, que é a escola, são os responsáveis pelos investimentos, programas e políticas públicas educacionais que conduzem todo o processo educacional do país.

Partindo destas perspectiva, as informações apresentadas pelo Saeb, como já salientamos, configuram a partir de um cálculo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que desde de 2007, é um indicador relevante para verificar a qualidade da educação pública brasileira em suas diferentes etapas de ensino, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio. Entretanto, desde sua primeira aplicação, o Saeb não havia introduzido uma das etapas também necessárias a verificação de aprendizagem, a Educação Infantil (EI), o processo de aprendizagem neste período é fundamental para as etapas seguintes, no entanto, foi esquecido e somente a partir de 2018, como a reformulação do Saeb é que foi proposto a inclusão da EI. No Artigo 5^a da portaria publicada 25 de março de 2019, os alunos destas etapas passam a serem incorporados ao Saeb, como público alvo. Assim, segundo os documentos oficiais,

IV – uma amostra de instituições públicas ou conveniadas como o setor público, localizada em zonas urbanas e rurais que possuam turmas de creche ou pré-escola da etapa da Educação Infantil, para aplicação

exclusiva dos instrumentos previstos nos incisos I, II e III, do Art 11., em caráter de estudo-piloto. (França, 2019)

Assim, em 2019, como propõe a reformulação do Saeb, será realizada pela primeira vez, como experimental, um questionário aos educadores, haja vista que, as crianças nesta etapa de ensino, ainda não dominam a leitura e a escrita para realização de avaliações. Também, uma das alterações sugeridas a partir de 2018, que organiza todo o sistema, decorre da nomenclatura das avaliações externas, a ANA, Anresc/Prova Brasil e Aned, passam a partir de 2019 serem agrupadas e recebem o mesmo nome de Saeb acompanhado da etapa correspondente de ensino, entretanto, a metodologia e o público das etapas de ensino que passam pelo processo avaliativo, continuarão sendo os mesmos.

Outras mudanças representativas na reformulação do Saeb que precisamos destacar, partem da troca de série/ano de aplicação da avaliação para os alunos que estão inseridos no processo de alfabetização. O documento propõe que a avaliação da alfabetização aplicada aos alunos no 3º ano do Ensino Fundamental I, passa a ser antecipada para o 2º ano, vista as mudanças referentes ao processo de aprendizagem proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca o fim do ciclo no 2º ano, no entanto, tal etapa em 2019 não participa do processo avaliativo, haja vista que, as propostas da BNCC acerca do ensino da leitura e da escrita nesta etapa ainda está sendo introduzidas nas escolas de todo o país, vista a tender ao fim do ciclo de alfabetização a esta etapa da educação.

O Saeb, como previsto pelo Ministério Nacional de Educação (MEC) em 2018, passa por mudanças significativas que também são sugeridas para atender as demandas propostas pela BNCC, no entanto, o MEC reforça que no ano de 2019, as avaliações externas não vão contemplar as competências e habilidades da Base nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, seguindo apenas as matrizes do Saeb. Neste sentido, o 9º ano além destas áreas, passará a compor a avaliação externa, Ciências Humanas e Ciências Naturais que já serão introduzidas as competências e habilidades da BNCC, mas, entretanto, o IDEB, não computará os resultados dessas, pois precisa manter a série histórica, a qual não contemplava essas áreas.

Outra mudança que vem a ser implantada, porém de caráter experimental, decorre da reprodução das avaliações externa, além do formato impresso, o Mec vai introduzir ao Saeb, uma avaliação, em formato digital para um público alvo, quantidade pequena de

alunos, tal proposta reflete os avanços tecnológicos que alteram todos os espaços, inclusive no campo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações externas compõem um conjunto de ações fundamentais para a organização do sistema educacional brasileiro, pois elas permitem em termos gerais, a produção de dados que são fontes de informações para verificação do funcionamento das instituições escolares, estas ferramentas avaliativas também auxiliam no combate às desigualdades de aprendizagens tão presentes no contexto histórico da educação no país. A educação brasileira demonstra ao longo dos anos, inúmeras lacunas ao que diz respeito ao ensino proposto nas diversas regiões do Brasil, os resultados coletados por meio das avaliações externas apontam para diversas necessidades que permeiam o replanejamento das propostas educacionais visto a atentarem para uma equidade de oportunidades de aprendizagens, para que de fato atinjam as minorias que vivem à margem da sociedade e que enfrentam diversos obstáculos para frequentar os bancos escolares nos diferentes cantos do país.

Diante disso, o Sistema de Avaliação da Educação Básica, passou por muitas mudanças pertinentes ao longo dos anos, para que atendessem as demandas apresentadas pelos resultados das avaliações externas em todo o território brasileiro. Com as informações levantadas, o sistema pode se reorganizar e promover novas avaliações que conduziram melhor o processo, sabemos que algumas ações precisam contemplar as necessidades básicas de aprendizagens de acordo as realidades existenciais e regionais do país, mas que de todo modo, as mudanças foram relevantes para que as escolas pudessem refletir acerca dos resultados e repensar o ensino sob outra ótica. Enfim, é significativo o empenho do Saeb em busca de mecanismos para avaliar o processo educacional brasileiro, desde a primeira etapa escolar a qual compreende a Educação Infantil até as outras etapas de ensino, com possibilidades de auxiliar gestores e educadores na tentativa de sanar ou minimizar obstáculos que impedem a melhoria da qualidade da educação são relevantes e os dados detectados a partir das avaliações, pois assim, governantes podem conduzir melhor as políticas públicas no campo educacional.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Manoel Morais de O. Neto. **Sistemas de avaliação da educação Básica no Brasil**. Consultoria Legislativas, Brasília – DF, 2015.

BLASIS, Eloisa de. [Et. Al]. **Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

CONSTANT, Elaine. **Contextos de Criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. In: BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

FRANÇA, Luísa. **Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica**. 26 de mar. 2019. Acesso em 3 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/saeb/>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comitê de Estatísticas Sociais. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**. Setembro, 2019. Acesso em 03 de setembro de 2019. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb.html>

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **SAEB**. 2019. Acesso em 20 de julho de 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

RICO, Rosi. **AVALIAÇÕES EXTERNAS – Como compreender e utilizar os resultados**. Revista Nova Escola. Edição Especial. Acesso em 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/avaliacao-externa-compreender-e-utilizar-resultados/>